



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 33, DE 2008

Altera o art. 100 da Constituição Federal para estabelecer hipótese de pagamento de condenação judicial de Fazenda Pública sem utilização do sistema de precatório

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 100.

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado, até o valor de quinhentos salários mínimos, exceto no caso de Município com menos de cem mil eleitores, bem como de outras definidas em lei como de pequeno valor.

..... (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O § 3º do art. 100 da Constituição, corretamente, dispensa a expedição de precatórios para o pagamento de pequenos valores, definidos em lei.

Entretanto, para dar mais efetividade ao dispositivo, impõe-se constitucionalizar um piso para esse valor.

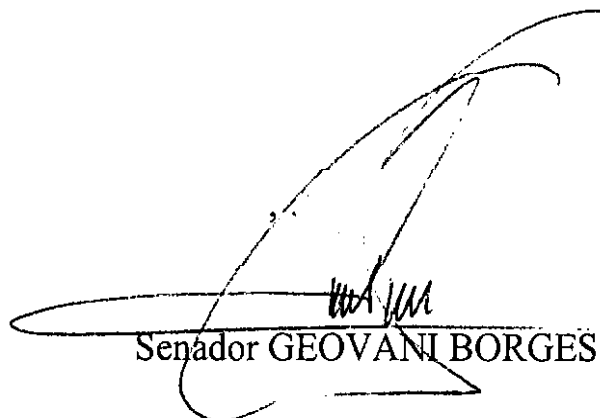
Assim, estamos propondo que se altere o dispositivo para, sem prejuízo de definição de pequeno valor pela lei, dispensar a expedição de precatórios para valores que não ultrapassem a importância de quinhentas vezes o salário mínimo vigente. Com o objetivo de não comprometer as finanças dos pequenos municípios, essa dispensa não se aplicaria aos municípios com menos de cem mil eleitores.

Trata-se de garantir a celeridade do processo judicial, erigido, pela “Reforma do Judiciário”, em garantia fundamental do cidadão. Efetivamente, a toda evidência, a celeridade do processo judicial não resta atendida com a prolação da decisão, mas, sim, com a efetiva entrega da jurisdição ao jurisdicionado, não apenas reconhecendo o direito, mas entregando efetivamente o direito reconhecido ao vencedor da contenda judicial.

Esta proposição pretende tornar efetiva, até o último momento de ação do Poder Público, a atuação do Poder Judiciário, determinando o pagamento das condenações de pequena monta proferidas contra Fazenda Pública diretamente, sem a utilização dos precatórios.

Com essa providência, temos a certeza de que estaremos dando mais um passo no sentido de garantir a cidadania, especialmente para os setores menos privilegiados de nossa sociedade.

Sala das Sessões, 15 de julho de 2008.



Senador GEOVANI BORGES

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2008

1	João Durval	
2	João Durval	
3	João Durval	
4	João Durval	
5	João Durval	
6	Marcelo	Flamini
7	Marcelo	Flamini
8	Marcelo	Flamini
9	Marcelo	Flamini
10	Marcelo	Flamini
11	Marcelo	Flamini
12	Marcelo	Flamini
13	Marcelo	Flamini
14	Marcelo	Flamini
15	Marcelo	Flamini
16	Marcelo	Flamini
17	Marcelo	Flamini
18	Marcelo	Flamini
19	Marcelo	Flamini
20	Marcelo	Flamini
21	Marcelo	Flamini
22	Marcelo	Flamini
23	Marcelo	Flamini
24	Marcelo	Flamini
25	Marcelo	Flamini
26	Marcelo	Flamini
27	Marcelo	Flamini

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 16/7/2008.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

(OS:14330/2008)